



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**EMENDA SUPRESSIVA E ADITIVA Nº** **AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2018** que altera, na forma que especifica, dispositivos da Lei Complementar nº 17/97 e dá outras providências.

**Autor: Deputado José Ricardo**

**SUPRIME E ACRESCENTA**, o caput do art. 66 do Projeto de Lei Complementar nº 02/2018.

Art. 1º. Fica modificado o caput do art. 66 do Projeto de Lei Complementar nº 02/2018 na seguinte forma:

Art. 1º. O Tribunal de Justiça é dirigido por um de seus Desembargadores como Presidente, escolhido pelo voto direto **e aberto** de todos os seus membros em atividades sendo elegíveis todos os Desembargadores em exercício.

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 07 de maio de 2018.

**JOSÉ RICARDO WENDLING**  
DEP. ESTADUAL - PT



Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

**JUSTIFICATIVA**

A independência e harmonia entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário estabelecidas na Carta Magna brasileira no art. 2º, deve ser vista **na sintonia** entre estes Poderes no que tange a desenvoltura internas e externas destes, concernente ao serviço prestado à **população de onde “emana todo o poder”**, alvo primeiro da gestão pública.

E considerando que, é em função do povo, para o bem comum da coletividade que o Estado foi concebido, nada mais coerente que dar transparência a todos os atos destes poderes, pilares da República Federativa do Brasil. Até mesmo porque a regra é a publicidade, e não, o segredo, adotado em períodos obscuros da história.

A extinção do voto secreto tem sido aderida pelo Poder Legislativo como legítimo representante da vontade popular, justamente, pela necessidade de dar ciência e prestar contas à sociedade das ações executadas no âmbito do Parlamento. De igual forma, pretende-se estender esta prática ao Judiciário na condução da escolha de seus desembargadores, uma vez que, é sabido que não há interesse em segredar ninguém.

Em 2013, o Amazonas foi o 8º estado brasileiro a decidir pelo fim do voto secreto no Parlamento.

Desse modo apresento essa emenda, esperamos e pedimos aprovação dos nobres Deputados.

**PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 07 de maio de 2018.

**JOSÉ RICARDO WENDLING**  
DEP. ESTADUAL - PT